

**Documentação**

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: D.O.U. nº 44 (seção 1)

Data: 6/3/2002 Pg. 228-131

Class.: 100 00 419



**Ministério do Meio Ambiente**

**GABINETE DO MINISTRO**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 4 DE MARÇO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.143-32, de 2 de maio de 2001, na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e no Decreto nº 1.282, de 19 de outubro de 1994, resolve:

Art. 1º Definir procedimentos de conversão de uso do solo através de autorização de desmatamento nos imóveis e propriedades rurais na Amazônia Legal, conforme especificações detalhadas a seguir e Anexos:

Art. 2º A concessão de autorização de desmatamento deve obedecer o disposto na legislação vigente com relação aos limites máximos permitidos de desmatamento, localização da Área de Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, verificando se as áreas anteriormente convertidas estão abandonadas, sub-utilizadas ou utilizadas de forma inadequada, e existência de áreas que abriguem espécies ameaçadas de extinção.

Parágrafo único: A concessão a que se refere este artigo, em áreas passíveis de uso alternativo do solo, que abriguem espécies ameaçadas de extinção, dependerá de medidas compensatórias e mitigatórias que assegurem a conservação das referidas espécies.

Art. 3º As autorizações de desmatamento serão concedidas após vistoria prévia efetuada pela autoridade competente, nos termos do Art. 8º, § 3º, do Decreto 1282, de 19/10/94, e serão disponibilizadas via Internet, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, em Brasília, até trinta dias após a concessão, devendo conter: o nome e o CPF do interessado, estado e município de localização da propriedade rural, matrícula e dimensão da área da propriedade, área de Reserva Legal, tamanho da área objeto da autorização, com as respectivas coordenadas geográficas, nome e matrícula do agente autorizador.

**Capítulo I - Agricultura Familiar - Propriedade Rural com até Quatro Módulos Fiscais**

Art. 4º Para propriedades rurais, posse, arrendamento ou comodato, com até quatro Módulos Fiscais, a concessão de autorização de desmatamento de até três hectares/ano, com a finalidade de implantar agricultura familiar, obedecerá os seguintes procedimentos simplificados:

I - o interessado deverá protocolizar a solicitação de autorização de desmatamento em formulário padronizado, conforme Anexo IA, juntando o Documento Informativo da Propriedade-DIPRO, em duas vias, conforme Anexo II;

II - para o preenchimento do DIPRO, o interessado poderá contar com a assistência de Engenheiro Florestal ou Agrônomo do IBAMA, órgãos estaduais de meio ambiente, órgãos de assistência técnica e extensão rural, entidades representativas ou autônomas;

III - o interessado deverá apresentar, no ato da solicitação, a seguinte documentação:

- a) documento de identificação;
- b) prova de propriedade ou posse;
- c) cópia do contrato de arrendamento ou comodato, quando for o caso;
- d) procuração com poderes específicos para o pleito, quando for o caso;
- e) declaração de manutenção da área de preservação permanente, conforme Anexo III;
- f) documento que comprove a averbação da Área de Reserva Legal; e
- g) Termo de Compromisso de Averbação de Reserva Legal, quando se tratar de posse, conforme Anexo IV.

§ 1º A solicitação de autorização de desmatamento poderá ser apresentada por técnico de entidades não-governamentais representativas de produtores rurais, habilitado pelo IBAMA ou órgão conveniado no Estado.

§ 2º O IBAMA ou órgão conveniado, facultará às entidades representativas as condições e informações necessárias para que possam orientar os produtores quanto à obtenção da autorização de desmatamento.

§ 3º Para áreas com atividades extrativistas, de posse coletiva, os procedimentos constantes deste artigo aplicam-se à área máxima de cinco hectares/ano, desde que comprovada a prática de agricultura familiar.

§ 4º No caso de solicitação de autorização de desmatamento acima de três hectares, aplicam-se os procedimentos constantes do Capítulo III.

Art. 5º Será facultada ao interessado a apresentação de inventário florestal, cabendo ao IBAMA ou órgão conveniado, na ausência do inventário, considerar o volume máximo de vinte m³/ha da área a ser convertida.

§ 1º Para volumes estimados entre 20 m³/ha e 50 m³/ha, o inventário florestal poderá ser realizado por amostragem, com 95% de probabilidade e erro amostral de até 20%.

§ 2º Para volumes estimados acima de 50 m³/ha, o inventário florestal poderá ser realizado por amostragem, com 95% de probabilidade e erro amostral de até 10%.

Art. 6º Como alternativa ao desmatamento pretendido, o interessado poderá explorar os recursos florestais da área objeto da solicitação de autorização de desmatamento, através da implementação de Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo, em conformidade com o previsto em Instrução Normativa correspondente.

Art. 7º Para as propriedades com escritura definitiva ou posse reconhecida, cuja área seja maior que cinquenta hectares, se localizadas na Amazônia Oriental, ou maior que cem hectares, se localizadas na Amazônia Ocidental, fica o requerente obrigado a informar o grau de utilização apresentado na Declaração do Imposto Territorial Rural-ITR através do Documento de Informação e Apuração do ITR-DIAT, referente aos últimos três anos, como também o número da propriedade nos cadastros da Receita Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

§ 1º Pertencem à Amazônia Oriental os municípios localizados nos Estados do Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão e os municípios localizados no Estado de Mato Grosso, excetuando-se os do Pantanal.

§ 2º Pertencem à Amazônia Ocidental os municípios localizados nos Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

Capítulo II - Projetos de Assentamento Públicos e Privados

Art. 8º Nos Projetos de Assentamento Públicos e Privados, a autorização de desmatamento deverá ser requerida ao IBAMA ou órgão conveniado, pelas instituições responsáveis pelos empreendimentos, mediante a apresentação da seguinte documentação:

I - solicitação de autorização de desmatamento em formulário padronizado, conforme Anexo IA ou Anexo IB, conforme o caso, juntando o Documento Informativo da Propriedade-DIPRO, em duas vias, conforme Anexo II.

II - documento de Criação do Projeto de Assentamento-PA;

III - no caso de Projeto de Assentamento com parcelas medidas e demarcadas, a planta geral do projeto contendo: Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Reserva Legal, áreas já exploradas e a serem exploradas, hidrografia, confrontantes, coordenadas geográficas, escala e convenções;

IV - no caso de Projeto de Assentamento sem o parcelamento implementado, a planta com o perímetro, contendo localização aproximada das parcelas (através de plotagem, dentro dos limites do PA, de 01 ponto de coordenadas UTM/Geográficas, indicativo de cada parcela), contendo a identificação das Áreas de Preservação Permanente, delimitação das Áreas de Reserva Legal e informações se estas estão, ou não, averbadas.

Parágrafo único. No caso de projetos do INCRA, deverão ser apresentadas relação de beneficiários do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária-SISPRO e suas respectivas parcelas no Projeto de Assentamento.

**Capítulo III - Propriedade Rural com Área Superior a Quatro Módulos Fiscais**

Art. 9º No caso de autorização de desmatamento para áreas superiores a três hectares/ano, o interessado deverá protocolizar requerimento, conforme Anexo IB e apresentar todas as exigências constantes do quadro de documentos, de que trata o Anexo V, de acordo com o tamanho da área solicitada.

Parágrafo único. No caso de autorização de desmatamento até três hectares/ano, com a finalidade de agricultura familiar, aplicam-se os procedimentos constantes do Capítulo I.

**Capítulo IV - Disposições Gerais**

Art. 10. Para concessão da autorização de desmatamento acima de três hectares/ano, é indispensável a realização de vistoria técnica prévia nas respectivas áreas.

§ 1º Os laudos de vistoria técnica prévia serão efetuados pelo IBAMA ou órgão conveniado no Estado.

Art. 11. Quando comprovadas, através de procedimentos administrativos, irregularidades na solicitação de autorização de desmatamento, o técnico responsável terá seu registro no IBAMA suspenso, e o fato comunicado ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-CREA, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Art. 12. A autorização de desmatamento terá validade de um ano, contados a partir da data de sua emissão, podendo ser revalidada por igual período.

Parágrafo único. Caso a autorização de desmatamento tenha seu prazo de validade vencido e ainda exista matéria-prima florestal remanescente na área autorizada, o interessado deverá protocolizar, junto ao IBAMA ou órgão conveniado no Estado, pedido para a utilização da matéria-prima residual, mediante comprovação do recolhimento do valor correspondente a uma vistoria técnica.

Art. 13. O titular da autorização de desmatamento que não cumprir a legislação ambiental, conforme comprovação de vistoria técnica, não poderá obter nova autorização ou tê-la renovada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 14. Ficam dispensadas de autorização de desmatamento as operações de limpeza e reforma de pastagem, limpeza de culturas agrícolas, bem como as operações de corte de bambu Bambusa vulgaris.

Art. 15. Constatada pela vistoria técnica a existência de matéria-prima florestal, e após conferência do volume e espécie, poderá ser expedida a Autorização para Utilização de Matéria-Prima Florestal, conforme Anexo VII, desta Instrução Normativa.

Art. 16. É proibida a antecipação de volume de matéria-prima florestal sem a devida expedição da Autorização para Utilização de Matéria-Prima Florestal (Anexo VII).

Art. 17. Para efeito de regularização de áreas anteriormente desmatadas serão adotados critérios de enquadramento das dimensões de áreas constantes do Anexo V, desta Instrução Normativa, ressaltando-se os limites contidos na legislação específica.

Art. 18. Em áreas de ocorrência de espécies necessárias à subsistência das populações extrativistas, a emissão de autorização de desmatamento somente será permitida quando delimitadas as áreas compreendidas no ato e mediante licença prévia, nessas áreas, para corte de outras espécies.

Art. 19. O IBAMA ou órgão conveniado no Estado, produzirá e divulgará manual simplificado acerca dos formulários utilizados para solicitação de autorização de desmatamento, bem como promoverá a capacitação de profissionais habilitados a trabalhar no tema.

Parágrafo único. O IBAMA deverá desenvolver programa orientado para facilitar procedimentos necessários à averbação da Área de Reserva Legal.

Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Ficam revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ SARNEY FILHO

**ANEXO I-A**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA  
REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO PARA LICENÇA  
DE CONVERSÃO PARA USO DO SOLO  
AUTORIZAÇÃO DE DESMATAMENTO**  
Ilmo. Sr. Representante do IBAMA

residente \_\_\_\_\_  
portador do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_  
proprietário/posseiro do imóvel rural \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_, Área total \_\_\_\_\_  
ha, Área de Reserva Legal \_\_\_\_\_ ha, Área de Preservação Permanente \_\_\_\_\_ ha, Área anteriormente desmatada \_\_\_\_\_ ha, requer Autorização Simplificada para Desmatamento de \_\_\_\_\_ ha, conforme Anexo II.

Para tanto, apresenta a seguinte documentação:

- Local, data Assinatura do requerente
- 1 - Documento de identificação do proprietário;
- 2 - Prova de propriedade, posse, comodato ou arrendamento;
- 3 - Cópia do contrato de arrendamento ou comodato, quando for o caso.
- 4 - Procuração com poderes específicos para o pleito, quando for o caso;
- 5 - Declaração de Manutenção de Área de Preservação Permanente, Anexo III;
- 6 - Termo de Compromisso para Averbação de Reserva Legal-TCARL, Anexo IV, quando se tratar de posse;

**ANEXO I - B**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA  
REQUERIMENTO**  
Ilmº Sr. Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA.

abaixo assinado, residente à \_\_\_\_\_  
Município de \_\_\_\_\_ Distrito de \_\_\_\_\_  
(UF) \_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_  
Profissão \_\_\_\_\_

Estado Civil \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_  
RG/Órgão Emissor/UF \_\_\_\_\_ a fim de preparar uma área para fins de \_\_\_\_\_

requer a V.Sa. a **AUTORIZAÇÃO PARA DESMATAR** \_\_\_\_\_ hectares em sua propriedade, com as características abaixo descritas, para o que faz a juntada da documentação exigida pela legislação vigente.

**I - CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE**

- a) Denominação: \_\_\_\_\_
- b) Localidade: \_\_\_\_\_
- c) Município: \_\_\_\_\_ Distrito \_\_\_\_\_
- d) Situação: \_\_\_\_\_
- e) Áreas:
  - total: \_\_\_\_\_ ha
  - desmatada: \_\_\_\_\_ ha
  - a desmatar: \_\_\_\_\_ ha
  - explorada (uso atual do solo): \_\_\_\_\_ ha
  - de Preservação Permanente: \_\_\_\_\_ ha

f) Limites:
 

- ao Norte: \_\_\_\_\_
- ao Sul: \_\_\_\_\_
- a Oeste: \_\_\_\_\_
- a Leste: \_\_\_\_\_

**II - DOCUMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE**

- Expedido por: \_\_\_\_\_ Livro nº \_\_\_\_\_  
- Reg. nº \_\_\_\_\_ Folha nº \_\_\_\_\_  
Documento do INCRA: \_\_\_\_\_  
- Protocolo \_\_\_\_\_ Matrícula \_\_\_\_\_

**III - DESTINO DO MATERIAL LENHOSO**

- Utilização na própria fazenda
- Comercialização
- Doação
- Outros (especificar): \_\_\_\_\_

Nestes Termos Pede Deferimento. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Requerente \_\_\_\_\_



ANEXO II

DOCUMENTO INFORMATIVO DA PROPRIEDADE-DIPRO

1. Dados do Processo:  
 Protocolo: Representação Estadual:  
 Requerente:  
 Endereço do  
 Requerente:

2. Imóvel:			
Nº REGISTRO:	CO-MAR-CA:	LIVRO:	FOLHA:
DENOMINAÇÃO:		INCRA ou Receita Federal:	
MUNICÍPIO/DISTRITO:		CPR:	
PROPRIETÁRIO:		CPF/CNPJ:	
ENDERECO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		IFONE:	CEP:
Área total do imóvel:	ha	Área de Reserva Legal:	ha
Área de Preservação Permanente:	ha	Área da solicitação:	ha
Área anteriormente desmatada:	ha	Área nativa remanescente:	ha

3. Croqui da propriedade que identifique, no mínimo, pontos de referência que permitam o seu acesso, identificação da área de reserva legal, de preservação permanente, área a ser desmatada, e, se houver, área abandonada, subutilizada ou que abrigue espécies ameaçadas de extinção.

4. Finalidade da Exploração:		5. Tipologias Vegetais da Propriedade	
Agricultura	ha	Denominação	Há
Pecuária	ha		
Outros	ha		

6. Declaração de Matéria-Prima Florestal

TIPO (tora/las-ca/lenha)	ESPÉCIE(s) (facultada a nomenclatura científica)	VOLUME (m³/dz/st)

NOTA: Fica facultada a identificação por espécie, quando se tratar de exploração de lenha.

7. Destinação do Material Lenhoso:

Madeira para serraria	m³
Madeira para outros fins	m³
Lenha para carvão	m³
Lenha para uso doméstico	m³
Lenha para outros fins	m³
Outros produtos florestais/unidade	/
Rendimento Total	m³

Declaro para os devidos fins, que as informações constantes neste documento são verdadeiras, me responsabilizando totalmente pelas mesmas.

ASSINATURA DO REQUERENTE:

Local e Data:  
 Visto do Técnico:  
 Assinatura:  
 Entidade/Instituição:

ANEXO III

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA  
 REPRESENTAÇÃO DO IBAMA  
 DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O Sr. \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_, Distrito de \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG/Orgão nº \_\_\_\_\_, Emissor/UF: \_\_\_\_\_, declara ao requerer autorização de desmate, assumir o compromisso perante o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA de obedecer rigorosamente às instruções abaixo relacionadas, estando ciente de que no caso de inobservância das mesmas, ficará sujeito às penalidades previstas na legislação vigente:

- 1 - Conservar, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, uma faixa de floresta (ou outra forma de vegetação natural) em cada margem, desde o seu nível mais alto, cuja largura mínima seja:
  - a) de trinta metros para os cursos d'água de menos de dez metros de largura;
  - b) de cinquenta metros para os cursos d'água que tenham de dez a cinquenta metros de largura;
  - c) de cem metros para os cursos d'água que meçam entre cinquenta a duzentos metros de largura;
  - d) de duzentos metros para os cursos d'água que possuam entre duzentos a seiscentos metros de largura; e
  - e) de quinhentos metros para os cursos d'água que tenham largura superior a seiscentos metros.
- 2 - Conservar floresta ou outra forma de vegetação natural situada:
  - a) Ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
  - b) Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de cinquenta metros de largura;
  - c) No topo de morros, montes, montanhas e serras;
  - d) Nas encostas ou parte destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha do maior declive;
  - e) Nas restingas, como fixadoras de dunas estabilizadoras de mangues;
  - f) Nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; e
  - g) Em altitude superior a um mil e oitocentos metros, qualquer que seja a vegetação.
- 3 - Respeitar o limite mínimo de \_\_\_\_\_ % da área de cada propriedade, com cobertura arbórea localizada em floresta nativa primitiva ou regenerada.
- 4 - Não empregar herbicidas desfolhantes (ou outro qualquer biocida no desmatamento).

5 - Permitir livre acesso em sua propriedade, aos funcionários florestais no exercício das suas funções de vistoria e fiscalização dos trabalhos de desmatamento, em qualquer época.

Declarante  
 TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ CI: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ CI: \_\_\_\_\_

ANEXO IV

Ministério do Meio Ambiente  
 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA  
 Representação do IBAMA  
 TERMO DE COMPROMISSO DE AVERBAÇÃO DE RESERVA LEGAL-TCARL

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, o Sr. \_\_\_\_\_, filho de \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, Município de \_\_\_\_\_, Distrito de \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_\_\_, Estado Civil \_\_\_\_\_, Nacionalidade \_\_\_\_\_, Profissão \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG/Orgão-Emissor/UF \_\_\_\_\_, Possuiador do imóvel abaixo caracterizado: DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE:

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ Distrito

ÁREA TOTAL: \_\_\_\_\_ hectares.  
 LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

LOCALIZAÇÃO:

DOCUMENTO DE POSSE:

Vem através deste Instrumento, declarar junto ao INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA, que mantém a posse livre de contestação e litígios, do imóvel acima caracterizado, cujo processo de titularidade definitiva encontra-se em tramitação no órgão competente, comprometendo-se proceder a averbação da Reserva Legal, imediatamente após a emissão do documento hábil para o ato, conforme dispõe a legislação vigente, obrigando-se por si e seus sucessores, por força de lei e do presente instrumento, a não alterar a destinação comprometida, no caso de transmissão por venda, cessão ou doação, ou a qualquer título, comprometendo-se ainda a obedecer fielmente a legislação vigente, dando sempre por firme e valioso o declarado e comprometido neste documento, cuja quebra se configurará como desrespeito às Leis Florestais, sujeitando-se portanto o signatário desta, às implicações penais e administrativas decorrentes da infringência de preceitos legais, sem prejuízos das culminações por quebra de compromisso. Firma o presente Termo na presença do Representante do IBAMA, que também o assina e das testemunhas abaixo qualificadas.

Representante do IBAMA, Detentor da posse  
 TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ CI: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ CI: \_\_\_\_\_

ANEXO V

Área da Propriedade	Agricultura Familiar		Demais áreas		Assentamentos Rurais	
	Área ? 4 Módulos Fiscais	Área ? 4 Módulos Fiscais	Área ? 4 Módulos Fiscais	Área ? 4 Módulos Fiscais	Área solicitada até 3 ha	Área solicitada maior que 3 ha
ÁREA SOLICITADA - ha/ano	Área solicitada até 3 ha	Área solicitada maior que 3 ha	Área solicitada até 3 ha	Área solicitada maior que 3 ha	Área solicitada até 3 ha	Área solicitada maior que 3 ha
DOCUMENTOS						
1. Requerimento do interessado ao IBAMA.	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar
2. Prova de Propriedade e Certidão ou posse (*).	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar
3. Prova de Identidade do Proprietário.	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	-	-
4. Procuração específica para o pleito	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso
5. Contrato de Arrendamento ou Comodato, averbado as margens da matrícula do imóvel.	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso
6. Declaração de manutenção da Área de Preservação Permanente.	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar
7. Documento que comprove a averbação da área de Reserva Legal/ Termo de Compromisso de Averbação de Reserva Legal - TCARL, quando tratar de posse.	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar	Apresentar
8. Comprovante do pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR.	-	-	Apresentar	Apresentar	Se for o caso	Se for o caso
9. Certidão emitida pelo órgão competente, confirmando a validade do documento apresentado, quando tratar de posse.	-	-	Apresentar	Apresentar	-	-
10. Croqui de acesso à propriedade a partir da sede do município onde a mesma está localizada.	-	Apresentar	-	Apresentar	-	Apresentar
11. Comprovante de recolhimento do valor da vistoria técnica (Tabela de Preços do Ibama).	-	-	-	Se for o caso	-	Se for o caso



12.a. Para volumes estimados de até 50 m³/ha, inventário florestal por amostragem, com 95% de probabilidade e erro amostral de até 20%.	Apresentar ou Considerar o volume máximo de 20 m³/ha	Apresentar ou Considerar o volume máximo de 20 m³/ha	Apresentar ou Considerar o volume máximo de 20 m³/ha	Apresentar	Apresentar ou considerar o volume máximo de 20 m³/ha	Apresentar
12.b. Para volumes estimados acima de 50 m³/ha, inventário florestal por amostragem, com 95% de probabilidade e erro amostral de até 10%.						
13. Comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, de elaboração e execução do Inventário Florestal.	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso	Apresentar	Se for o caso	Apresentar
14. Mapa de propriedade plotando Áreas de Preservação Permanente, Áreas de Reserva Legal, áreas já exploradas e a serem exploradas, hidrografia, confrontantes, coordenadas geográficas, escala e convenções.	-	-	-	Se for o caso	-	-
15. Mapas vetoriais da propriedade em formato digital entregue em meio magnético - disquete ou CD-ROM, a partir da base cartográfica do IBGE ou DSG, com locação das Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, de interesse ecológico, PMFS, áreas florestadas e de utilização agropecuária. Os arquivos contendo as imagens deverão ser apresentados com extensão TIFF e os mapas digitais em formato DXF ou DGN, com cada tema associado a um banco de dados em formato DBF.	-	-	-	Apresentar	Obs.: itens II, III e IV do artigo 5º	Obs.: itens II, III e IV do artigo 5º
16. Documento Informativo da Propriedade - DIPRO.	Apresentar	Apresentar	Apresentar	-	Apresentar	-
17. Declaração do Imposto Territorial Rural - ITR / DIAT (últimos 3 anos).	Se for o caso	Se for o caso	Se for o caso	Apresentar	-	-
18. Documento de criação do Projeto de Assentamento-PA	-	-	-	-	Apresentar	Apresentar

(\*) Documentos que caracterizam justa posse. (Fonte: Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA/INCRA).

- |  |   |
|--|---|
| 01 - AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO                             | 10 - TERMO DE DOAÇÃO  |
| 02 - CARTA DE ANUÊNCIA                                   | 11 - TÍTULO DE PROPRIEDADE SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA            |
| 03 - CONTRATO DE ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS            | 12 - TÍTULO DEFINITIVO, COM RESERVA FLORESTAL, EM CONDOMÍNIO. |
| 04 - CONCESSÃO REAL DE DIREITO DE USO                    | 13 - TÍTULO DEFINITIVO SUJEITO A RE-RATIFICAÇÃO               |
| 05 - CONTRATO DE CONCESSÃO DE DOMÍNIO DE TERRAS PÚBLICAS | 14 - TÍTULO DEFINITIVO TRANSFERIDO, COM ANUÊNCIA DO INCRA     |
| 06 - CONTRATO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS            | 15 - TÍTULO DE DOMÍNIO  |
| 07 - CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA              | 16 - TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO                      |
| 08 - CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE AFORAMENTO             | 17 - TÍTULO DE RATIFICAÇÃO                                    |
| 09 - LICENÇA DE OCUPAÇÃO                                 | 18 - CONTRATO DE ASSENTAMENTO DO INCRA                        |

#### OBSERVAÇÕES:

ITEM 17 - (III - No caso de projeto de assentamento sem parcelamento implementado, a planta com o perímetro, contendo localização aproximada das parcelas (através de plotagem, dentro dos limites do PA, de 01 ponto de coordenadas UTM / Geográficas, indicativo de cada parcela). As plantas deverão conter a identificação das áreas de preservação permanente; delimitação das áreas de Reserva Legal e informações se as mesmas estão, ou não, averbadas).

No caso dos Assentamentos Rurais, a documentação sobre a propriedade a ser apresentada pela Instituição responsável pelo assentamento, e não pelo assentado, deve ser complementada com as seguintes informações:

- 1 - Documento de criação do projeto de assentamento - PA;
- 2 - Relação de beneficiários do sistema de informação de projetos de reforma agrária - SISRA, e suas respectivas parcelas no projeto de assentamento, no caso de projeto INCRA;

#### ANEXO VI

#### LAUDO TÉCNICO DE VISTORIA

Vistoria Prévia -  Vistoria de Acompanhamento -

#### TIPO:

- Licença de conversão.....  Desmatamento.....   
 Plano de Exploração.....  Utilização de Matéria-Prima.....   
 Reforma de Pastagem.....  Erradicação de Cultura.....   
 Aproveitamento de castanheira.....

#### 1. Dados do Processo:

Protocolo: \_\_\_\_\_ Representação Estadual: \_\_\_\_\_

Requerente: \_\_\_\_\_

Finalidade: \_\_\_\_\_

Responsável Técnico: \_\_\_\_\_ ART: \_\_\_\_\_

Área total do imóvel: \_\_\_\_\_ ha.

Área de Preservação Permanente: \_\_\_\_\_ ha.

Área de Reserva Legal: \_\_\_\_\_ ha.

Área já desmatada: \_\_\_\_\_ ha.

Área da solicitação: \_\_\_\_\_ ha.

Área nativa remanescente: \_\_\_\_\_ ha.

#### 2. Considerações Gerais sobre a Propriedade:

##### 2.1. Coordenadas geográficas da propriedade:

	Descrever local do ponto	Coordenadas W	Coordenadas S
01			
02			
03			
04			

##### 2.2. Relevo:

##### 2.3. Hidrologia:

##### 2.4. Tipologias Vegetais (% aproximado):

Denominação	%

#### Observações:



2.5. Croqui de acesso:  Sim  Não  Deficitário  
Observações:

2.6. Área de Reserva Legal :  
 a) A tipologia é representativa da área da propriedade?  Sim  Não  
 b) Foi observada alguma alteração?  Sim  Não  
 c) Corresponde ao percentual em Lei?  Sim  Não  
 d) Há necessidade de recomposição /compensação?  Sim  Não  
 Observações:

2.7. Área de Preservação Permanente:  
 a) Foi observada alguma alteração?  Sim  Não  
 b) Há necessidade de recomposição?  Sim  Não  
 Observações:

2.8. Área subutilizada:

2.9. Atende a Resolução CONAMA 011/86?  Sim  Não  
 2.10. Atende a Resolução CONAMA 013/90?  Sim  Não  
 2.11. Foram observadas as espécies proibidas de corte:  Sim  Não  
 Observações:

3. Considerações sobre a Área Solicitada:  
 3.1. Coordenadas geográfica da área solicitada:

	Descrever local do ponto	Coordenadas W	Coordenadas S
01			
02			
03			
04			

3.2. Relevo:

3.3. Hidrografia:

3.4. Tipologias Vegetais (% aproximado):

Denominação	%

Observações:

3.5. Solos:

3.6. As informações constantes da planta, mapa ou croqui correspondem à realidade de campo?

Sim  Não (explicar)

Observações:

3.7. As unidades de amostra foram localizadas ( quando for o caso ):

Sim  Não

3.8. As espécies florestais citadas no processo correspondem à vistoria ?

Sim  Não

Observações:



4. Recomendações:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Parecer conclusivo:

- Favorável  Não favorável
- Pendente  Suspenso

Sugestões de encaminhamento:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Local da vistoria: \_\_\_\_\_ Data da vistoria: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura(s) e carimbo(s): \_\_\_\_\_

7. Encaminhamento:

- DICOF para autuação  Subprocuradoria
- Emissão de Licença  Indeferido
- Outros \_\_\_\_\_

Chefe da DITEC

ANEXO VII

Ministério do Meio Ambiente Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA Representação do IBAMA		Emissão: Página:	
AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA FLORESTAL		Protocolo	Validade:
Nº da Autorização:			
1. DADOS DA PROPRIEDADE			
Denominação:	Área de Pres. Perm. na RL:	Área Total:	Latitude/Longitude:
Município:		Área de Pres. Perm. fora da RL:	
Área de Reserva Legal:		CGC/CPF:	
Proprietários:			
2. DADOS DA AUTORIZAÇÃO ORIGINAL			
Nº da Autorização original:			Tipo da Autorização:
Detentor:			CGC/CPF:
Área Autorizada:			Volume Autorizado:
3. DADOS DA AUTORIZAÇÃO			
Detentor:			CGC/CPF:
Área Autorizada:			Volume Autorizado:
4. OBSERVAÇÕES			
5. ESPÉCIES AUTORIZADAS/VOLUMETRIA/UNIDADE DE MEDIDA			
6. MATÉRIA-PRIMA/VOLUMETRIA/UNIDADE DE MEDIDA			
LOCAL DATA	CARIMBO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE		
IMPORTANTE			
O uso irregular desta Autorização implica na sua cassação, bem como nas sanções previstas na legislação vigente. Esta Autorização não contém emendas ou rasuras. Cópia desta Autorização deve ser mantida no local da Exploração para efeito de fiscalização.			
1ª via - DETENTOR	2ª via - PROJETO	3ª via - ARQUIVO	1ª VIA